

Matosinhos, 13 de julho de 2016

Assunto: Petição N.º 114/XIII/1.ª - Resposta ao pedido de parecer

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência
Deputado Alexandre Quintanilha.

Nos termos do **Ofício nº 374/8ª - CEC/2016** de 29/06/2016, remetido por V. Exa, a **ANVPC - Associação Nacional dos Professores Contratados** vem, por este meio, pronunciar-se sobre o teor da **Petição n.º 114/XIII/1.ª**, da iniciativa de **António José Salgado Rosa Negrão – “Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei – educação”**.

Face ao exposto no [texto original da petição](#), esta organização considera que:

1) As recentes tomadas de decisão, por parte do Estado Português, no âmbito do financiamento às Escolas do Ensino Particular e Cooperativo (através de contratos de associação), não coloca, de forma alguma, em causa, os princípios plasmados na Constituição da República Portuguesa, nomeadamente no âmbito dos *direitos, liberdades e garantias*. Nessa medida, os argumentos dos peticionários, apresentados ao longo do texto da petição, são incongruentes e desajustados. Mais, a supracitada tomada de decisão, por parte do Ministério da Educação, em nada compromete a “dignidade social” e a “igualdade perante a lei”, pelo contrário, vem reforçar os princípios de equidade legislativa e educativa, e, consequentemente, social;

2) O Estado Português encontra-se a cumprir, e a fazer cumprir, a Constituição da República Portuguesa, e ainda a demais legislação vigente relativa às questões referidas pelos peticionários, sendo que esta organização de professores corrobora com o espírito dos normativos legais que suportam que o Estado apenas deverá assumir o financiamento das escolas privadas nos locais onde não exista claramente resposta da rede pública de estabelecimentos de ensino. Face ao exposto, em situações em que a oferta da rede pública se manifeste suficiente, e, mesmo assim, as famílias tomem a decisão de inscrever os seus educandos em escolas de índole privado, deverão ser elas próprias (assumindo a sua liberdade de escolha) a custear diretamente as importâncias inerentes à frequência desta modalidade de ensino.

Associação Nacional dos Professores Contratados



www.anvpc.org